

2.5 - Conhecer, através dos representantes de órgãos públicos locais, quais as políticas públicas que estão sendo utilizadas no município de Breves.

3. Cadastramento de expositores

A referida audiência pública será aberta a toda sociedade, onde os participantes, devidamente inscritos, terão o direito de manifestação de viva voz, apresentando suas contribuições e sugestões a respeito da matéria em pauta:

- a. A entidade que queira cadastrar representante, bem como, qualquer interessado em participar das exposições, poderá efetuar inscrição com antecedência, a partir do dia 13/04/2015, com remessa de nome completa e instituição representada, até as 24h00min do dia 24/04/2015, ou fazê-lo durante a realização da audiência até 30 (trinta) minutos após abertura dos trabalhos;
- b. A presença na audiência pública como ouvinte não dependerá de prévia inscrição.

4. Agenda da audiência pública

DATA	HORÁRIO	AGENDA
06/04/2015 a 24/04/2015		Publicidade à Audiência
13/04/2015 a 24/04/2015		Período de inscrição para as Instituições
29/04/15	8h00 às 8h30	Credenciamento dos participantes no local do evento.
29/04/15	08h30 às 09h15	Cerimônia de abertura da Audiência pelos Promotores de Justiça de Breves, em exercício, os quais presidirão os trabalhos.
29/04/15	09h15 às 09h45	Vídeo acerca do abuso exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó - Rádio Margarida
29/04/15	09h45 às 10h00	Exposição do Plano Estadual de Enfretamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Dra. Mônica Freire - CAO/MPE
29/04/15	10h00 às 10h15	Exposição da Recomendação aos proprietários de embarcações que trafegam pela região do Marajó - Procurador do Trabalho
29/04/15	10h15 às 12h00	Manifestação dos representantes da sociedade
29/04/15	12h00 às 13h00	Respostas dos representantes dos Órgãos Públicos
29/04/2015	13h00	Encerramento da Audiência Pública

5. Das Formas de Participação

Os interessados poderão participar deste processo mediante o envio de críticas, sugestões e demais contribuições à matéria em pauta:

- a. Os trabalhos da Audiência Pública serão coordenados pelos Promotores de Justiça da de Breves, em exercício.
- b. O pedido de inscrição para fazer uso da palavra, após o início da Audiência Pública, deverá ser endereçado ao apoio administrativo;
- c. O presidente dará a palavra a cada interessado ou seu representante (no caso de pessoa jurídica), previamente inscrito, pelo tempo de até 03 (três) minutos.
- d. Todas as intervenções serão feitas com tempo determinado, e deverão referir-se ao tema, com a devida anotação na Ata de Registro da Audiência Pública.

6. Do Procedimento para Manifestação no curso da Audiência

- a. As apresentações e exposições dar-se-ão na ordem cronológica dos credenciamentos efetivados.
- b. O número de expositores será definido em função das inscrições realizadas e do tempo total previsto para a apresentação.
- c. Será permitida a manifestação de apenas 01 (um) representante de cada entidade, sendo que, depois de finalizadas a manifestação dos expositores inscritos, o Presidente da Audiência Pública, poderá admitir, durante período por ele definido:

I. O retorno de expositores para complementar sua manifestação; ou

II. A manifestação de outros participantes, inclusive aqueles vinculados a entidades cujos representantes já tenham se manifestado anteriormente na Audiência Pública.

7. Da Documentação Contendo as Sugestões/Contribuições

As sugestões e contribuições recebidas no processo, bem como, Atas da Audiência Pública, serão disponibilizadas aos interessados, na sede da Promotoria de Justiça de Breves e no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

8 - Das Disposições Gerais

O Edital da Audiência Pública será publicado no Diário Oficial do Estado e Internet.

Os casos omissos serão dirimidos pelos Presidentes da Audiência Pública no curso de sua realização.

Breves/ PA, 30 de março de 2015.

GUILHERME CHAVES COELHO
Promotor de Justiça de Breves, em exercício
Protocolo 812163

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2014-PJTFEIS
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELAS DAS FUNDAÇÕES, ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, torna público o Inquérito Civil nº 002160-110/2014, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público.
Data de Instauração: 12/05/2014
Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa na FUNDAÇÃO AGOSTINHO MONTEIRO ACORDA PARÁ - FAMAP, a FUNDAÇÃO FLORESTA TROPICAL e a FUNDAÇÃO METROPOLE.
Promotor de Justiça: Sávio Rui Brabo de Araújo
Protocolo 812251

EXTRATO DA PORTARIA Nº 17/2014-MP/6ªPJ/DPP/MA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 6ª.PJ DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. ANTONIO LOPES MAURICIO, torna publico a conversão de Procedimento Preparatório nº17/2014-MP/DPP/MA em Inquérito Civil nº 000459-116/2013, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Data de Instauração: 16/06/2014
Portaria de Conversão nº 17/2014
Objeto: apurar irregularidades apontadas no relatório Situacional 2011 realizado pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará-IASEP, bem como as providencias já adotadas para suas correções.
Promotor de Justiça: Antonio Lopes Mauricio
Protocolo 812271

EXTRATO DA PORTARIA Nº 16/2014-MP/PJSLP
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA TITULAR DO 1º CARGO DE PJ/CAPANEMA, EM ACUMULAÇÃO NA PJ/SANTA LUZIA DO PARÁ, Dr. NADILSON PORTILHO GOMES, torna publico a instauração do Inquérito Civil portaria de nº16/2014/MP/PJSLP.
Portaria de Instauração nº 16/2014
Data da Instauração: 02/06/2014
Objeto: apuração sobre o fechamento de escolas do assentamento Quintino Lira e da Vila do Cantã e condições precárias da escola São Lucas.
Promotor de Justiça: Nadilson Portilho Gomes
Protocolo 812274

EXTRATO DE PORTARIA Nº 02/2014-MP/2PJMB
A 2ª PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA PJ PARAGOMINAS, Dra. MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO, torna publico a portaria de nº 02/2014-MP/2PJMB.
Data da Instauração: 28/05/2014
Objeto: investigar denúncias de funcionamento irregular da

casa de eventos noturnos e bar “CLUBE NOVA DIMENSÃO”, por ausência de licença do Copo de Bombeiros, desrespeito à legislação ambiental, ausência de condições mínimas de salubridade e segurança para os usuários.
Promotora de Justiça: Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco.

Protocolo 812301

EXTRATO DE PORTARIA Nº 002/2014/MP/PJMR
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA PJ DE MÃE DO RIO, Dra. ANDRESSA AVILA PINHEIRO, torna publico a instauração do Inquérito Civil portaria de nº002/2014/MP/PJMR.
Data da Instauração: 18/06/2014
Objeto: implementar no município de Mãe do Rio o Projeto “MINISTÉRIO PÚBLICO PEL A EDUCAÇÃO-MPEDUC”
Promotora de Justiça: Andressa Érica Ávila Pinheiro
Protocolo 812307

EXTRATO DE PORTARIA Nº 03/2014/MP/PJCA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DA PJ DE CACHOERIRA DO ARARI, Dr. JOSÉ FRAZÃO SÁ MENEZES NETO, torna público a Portaria nº03/2014/MP/PJCA.
Data da Instauração: 26/06/2014
Objeto: apurar possível fornecimento de produtos da merenda escolar, impróprios para consumo humano, sem obediência ao cardápio nutricional e em quantidade insuficiente.
Promotor de Justiça: José Frazão Sá Menezes Neto
Protocolo 812308

EXTRATO DE PORTARIA Nº 005/2014/MP/PJSFP
O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DA PJ DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, Dr. PAULO IGOR BARRA NASCIMENTO, torna publico a instauração de Inquérito Civil nº005/2014/MP/PJSFP.
Data da Instauração: 18/06/2014
Objeto: apurar as condições da EMEF de Santa Brígida, situada na Vila do Carmo, zona rural, neste município.
Promotor de Justiça: Paulo Igor Barra Nascimento
Protocolo 812309

EXTRATO DE PORTARIA Nº 001/2014/MP/5ªPJCÍVEL
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA 5º PJ CÍVEL DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA DE CASTANHAL, Dra. CARMEN BURLE DA MOTA PAES, torna publico a instauração de Inquérito Civil nº001/2014/MP/5ªPJCível, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Data da Instauração: 29/05/2014
Objeto: apura a necessidade de verificar e fiscalizar e orientar os órgãos envolvidos no Cumprimento a Legislação Federal, sobre a reestruturação do Terminal Rodoviário de Castanhal para comportar Transporte Coletivo no Município de Castanhal.
Promotora de Justiça: Carmen Burle da Mota Paes
Protocolo 812310

EXTRATO DE PORTARIA Nº 002/2014/MP/5ªPJCÍVEL
A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DA 5º PJ CÍVEL DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA DE CASTANHAL, Dra. CARMEN BURLE DA MOTA PAES, torna publico a instauração de Inquérito Civil nº002/2014/MP/5ªPJCível.
Data da Instauração: 02/06/2014
Objeto: apura relatos dos Representantes do Conselho Regional de Educação Física do Estado do Pará e Amapá, relatando sobre a necessidade de intermediação desse órgão, no sentido de regularizar as Academias e Clubes da Cidade de Castanhal, que estariam funcionando sem está regularizados, bem como profissionais formados e devidamente registrados no Conselho Regional.
Promotora de Justiça: Carmen Burle da Mota Paes
Protocolo 812311